



AMAZÔNIA EM DISCURSO: APAGAMENTOS, EXCLUSÕES, PERTENCIMENTOS E RESISTÊNCIAS

Luiz Carlos Martins de Souza¹
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

RESUMO

Neste artigo apresenta-se uma compilação das formações discursivas que produzem sentidos sobre ser amazônica, ser amazonense e morar na Amazônia, e, metonimicamente, ser indígena, embasada em dois trabalhos acadêmicos: “O Norte Apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia Brasileira” (MARTINS DE SOUZA, 2008), e “Memes e identidades amazônicas: Narciso acha feio o que é espelho” (MARTINS DE SOUZA, 2019a). Coteja-se as formações discursivas que se explicitam nesses trabalhos, com inversões e deslocamentos que aparecem no texto “A Amazônia é o Centro do mundo”, de Eliane Brum (2019a), pela perspectiva da Análise de Discurso materialista (PÊCHEUX, 2009) em diálogo com a Psicanálise lacaniana (LACAN, 1998, 1999). Ao se observar a Amazônia representada e tensionada nesses materiais, identifica-se como o sujeito amazônica é interpelado por discursos de exclusão, resistência, subordinação, silenciamento e (re)significação identitária, a partir de duas formações discursivas: uma preservacionista e outra predatória. Elas colocam, num campo de alteridade colonialista, em lados opostos, posições de sujeito que se relacionam com os povos que milenarmente habitam e protegem a Amazônia e com os colonizadores e exploradores, que a veem como uma jazida de recursos minerais e naturais. Ao descrever a posição de sujeito amazônica e as mudanças de sentido propostas no texto de Brum, identifica-se nesse discurso os traços de resistência simbólica, a partir da constituição e restituição de uma alteridade dos povos da floresta para os outros habitantes do planeta.

Palavras-chave: Amazônia. Encadeamentos significantes. Outro Interdiscursivo. Posição de sujeito. Resistência.

ABSTRACT

This article presents a compilation of discursive formations that produce meanings about being "Amazônica", being from Amazonas, and living in the Amazon — and, metonymically, about being Indigenous — based on two academic works: “O Norte Apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia Brasileira” (MARTINS DE SOUZA, 2008), and “Memes e identidades amazônicas: Narciso acha feio o que é espelho” (MARTINS DE SOUZA, 2019a). It compares the discursive formations made explicit in these works with inversions and shifts that appear in the text “Why the Amazon Is the Center of the World,” by Eliane Brum (2019b), through the perspective of materialist Discourse Analysis (PÊCHEUX, 2009) in dialogue with

¹ Professor e pesquisador da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas (FLET/UFAM). Psicanalista em formação, membro do Fórum do Campo Lacaniano da Região Metropolitana de Campinas (FCL-RMC/SP). Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio doutoral na University of California, Los Angeles (UCLA/EUA). Pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: lucamartins@ufam.edu.br



Lacanian Psychoanalysis (LACAN, 1998, 1999). By examining how the Amazon is represented and problematized in these materials, it is identified how the Amazonian subject is interpellated by discourses of exclusion, resistance, subordination, silencing, and (re)signification of identity, based on two discursive formations: one preservationist and the other predatory. These formations place subjects on opposite sides within a colonialist alterity framework — those related to the people who have inhabited and protected the Amazon for millennia, and those related to colonizers and exploiters who see it as a deposit of minerals and natural resources. By describing the position of the Amazônica subject and the changes in meaning proposed in Brum's text, traces of symbolic resistance are identified, originating from the constitution and restitution of an alterity of the forest people for the other inhabitants of the planet.

Keywords: Amazon. Significant chains. Interdiscursive Other. Subject position. Resistance.

INTRODUÇÃO

A Região Amazônica tem sido, historicamente, não só um território atravessado por diferentes modos de dominação e exploração, mas também de interpretação e explicação, objeto de múltiplas disputas de sentido. No contexto geopolítico contemporâneo, a Amazônia adquire mais centralidade devido às disputas discursivas acerca do futuro da humanidade. Qualificada como “pulmão do mundo”, como reserva essencial de biodiversidade ou como zona crítica para o enfrentamento da crise climática, os discursos dominantes, muitas vezes produzidos por vozes externas, a transformam ora em objeto de salvação ambiental, ora em inesgotável fonte de recursos a ser explorada pelo capital, em posição subalterna de fornecedora de recursos naturais e de outras matérias-primas. Assim, ela se torna exilada e exótica aos olhos de sujeitos de outras regiões do país e do mundo, e um mais-além, por seu valor estratégico ambiental e econômico, com recursos naturais, farmacológicos e minerais ainda inexplorados.

Nesse tensionamento, apagamentos simbólicos e epistemológicos com efeitos sociais, ecológicos e econômicos trágicos, se impõem sobre seus habitantes, suas culturas e modos de vida, produzindo estereótipos e silenciamentos que reiteram lógicas colonialistas ou idílicas. Consequentemente, a Amazônia é mais falada do que ouvida; mais silenciada e enjaulada por tais discursos e menos reconhecida em sua pluralidade, diversidade e singularidade.

Por contiguidade e metonímia, nossas identidades são igualmente tensionadas: índio, indígena, aborígene, caboclo, ribeirinho, povo originário, ameríndio. Modos de categorizar sujeitos inscritos em histórias de colonização, mas também de resistência simbólica que desafiam a hegemonia de discursos paternalistas. Nessa cadeia de sentidos, o ser amazônica, morar na Amazônia, se identificar como amazonense, ou nortista, não diz respeito apenas à territorialidade, a coordenadas geográficas e a identidades geopolíticas, mas à ocupação de posições de sujeito enraizadas em atravessamentos ideológicos de disputas simbólicas. Sendo assim, tal disputa envolve não apenas a disputa por sentidos sobre o território, mas sobretudo a disputa por quem tem o direito de (se) significar e de existir discursivamente, quem pode dizer e fazer dizer sobre a Amazônia.

Em um arquivo composto por diferentes materialidades textuais e discursivas sobre os objetos ideológicos “Amazônia” e “amazônica”, sobre quem somos, o que dizem que somos, e quem são os nossos outros, um “eles” que nos interpelam nessas redes de significação, tenho buscado produzir análises e orientar trabalhos acadêmicos e artísticos que visam compreender a maneira pela qual diferentes discursos — oriundos de dentro e de fora da região — constroem,



tensionam, se aliançam ou deslocam os sentidos dominantes sobre nosso território, seus povos e modos de existência.

Este artigo propõe revisitar dois trabalhos já publicados e mapear, a partir dos efeitos de sentido nele recorrentes, as formações discursivas predominantes dentro da perspectiva da Análise de Discurso materialista (AD) em diálogo com a Psicanálise lacaniana. Quero cotejar os discursos que reproduzem sentidos hegemônicos, com discursos de resistência, deslocamento ou reinscrição de sentidos que atravessam as formações discursivas em disputa, na relação com as alteridades reais, imaginárias, simbólicas, e, consequentemente, com as alteridades interdiscursivas, avançando e ampliando minha pesquisa.

1 ALGUNS CONCEITOS DA ANÁLISE DE DISCURSO MATERIALISTA E DA PSICANÁLISE LACANIANA

A Análise de Discurso, na perspectiva materialista, desenvolvida por Michel Pêcheux e seu grupo de pesquisa na França (entre os anos 60 e 80), foi ampliada e difundida no Brasil pelo grupo de trabalho de Eni Orlandi (a partir dos anos 80). Nesta perspectiva, discurso é efeito de sentido, entre sujeitos, que se produz na relação da língua (e vamos defender aqui a ampliação também desse conceito para qualquer encadeamento² significante) com a ideologia e a história.

Na perspectiva marxista, a contradição é um conceito primordial pelo qual se explica a configuração de confrontos entre forças opostas, revelando limites e tensões internas de um sistema, impulsionando seu movimento e sua transformação. Em virtude disso, ela é o que se configura na luta de classes, o motor do processo histórico e elemento constitutivo das relações sociais. Diferente da lógica formal — em que a contradição deve ser evitada ou resolvida —, na lógica dialética marxista, a contradição é inerente à realidade material e expressa os conflitos entre classes, modos de produção e formas de organização social. Sendo a tensão entre forças antagônicas — como capital e trabalho, dominação e resistência —, ela impulsiona a transformação das estruturas sociais, produzindo os movimentos dialéticos na história humana.

Essa perspectiva de Análise de Discurso é materialista, por entender que tais tensionamentos, derivados da contradição econômica que estrutura o social, não operam de forma abstrata, mas se materializam nos sujeitos e nos efeitos de sentidos que circulam nas e são disputados dialeticamente por formações discursivas, a partir de suas materializações em encadeamentos significantes.

A luta de classes, o Real da história, e o inconsciente, o Real que escapa à significação, um mais além inalcançável pela linguagem, constituem instâncias distintas que, embora não se confundam, se articulam na produção dos sujeitos, de suas relações e dos sentidos que enunciam (PÊCHEUX, 2009).

Na Análise de Discurso de orientação materialista, fundamentados nesses pressupostos, concebemos a língua não como um sistema neutro ou transparente de signos, mas como uma base material significante, que só produz sentido pela ideologia, pela história e, em conformidade com Lacan (1999), pelo funcionamento metafórico e metonímico que lhe impõe o inconsciente. Por isso, ela é uma disciplina de entremeio, cujo campo se constitui na contradição entre a Linguística, a Psicanálise e as Ciências Humanas e Sociais (ORLANDI, 1999).

² a partir do uso de Saussure e de Lacan (1998, 1999), emprego aqui o termo “encadeamento significante” para me referir à reunião sintagmática e paradigmática de significantes na metodologia de análise discursiva.



A língua não contém o sentido em si mesma, mas se articula como condição de possibilidade do discurso, na medida em que é na língua, e daí portanto, em qualquer manifestação linguageira, que os sentidos se inscrevem, se deslocam e se atualizam. Assim, o sentido não está “na palavra”, mas emerge da relação entre língua, formações ideológicas e condições de produção. Rompemos, desse modo, com a visão formalista da linguística estrutural, que desconsidera o sujeito e a historicidade, ao afirmarmos que a língua não é um espelho da realidade nem um meio neutro de comunicação, mas um campo de disputa de sentidos, onde o dizer está sempre marcado por outros dizeres, pelo não dito, pelo silenciado e pelo contraditório, não apenas nos seus conteúdos, mas nas suas estruturas. A língua, portanto, não é um instrumento puro de expressão, mas um lugar de articulação e de materialização da ideologia, onde os sujeitos são interpelados e produzidos.

Entretanto, tal qual pontuado anteriormente, precisamos deslocar e ampliar o conceito de língua para linguagem, ou melhor, para qualquer encadeamento significante, quando tratamos de outras materialidades textuais, para além de materialidades verbais. Essas outras manifestações linguageiras também têm recebido muitos modos de serem referenciadas. Pêcheux as chama de “formas culturais e estéticas” (PÊCHEUX, 1990, p.49). Lagazzi (2009) as trata como materialidades significantes. De todo jeito, qualquer que seja o objeto simbólico, ideologia e inconsciente exercem seus poderes nele, por isso defendemos ampliar a imbricação discursiva para linguagens, ideologia e história, entendendo linguagem como qualquer encadeamento significante em que surgem ou orbitam efeitos de sentido, sintagmaticamente e paradigmaticamente.

É preciso destacar, ainda, que essa relação entre língua e outras manifestações linguageiras não é pacificada nessa abordagem. Ao tratar da descrição de materialidades discursivas, na metodologia da Análise de Discurso materialista, Pêcheux (1990, p.49) defende uma “primeira exigência”:

dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição (...) supõe (...) o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua (cf. J. Milner, especialmente em *L'Amour de la Langue*). Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como a condição de existência (o princípio), sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan (PÊCHEUX, 1990, p. 49).

A produção e a comunicação de uma análise (MARTINS DE SOUZA, 2019b) se ancoram no real da língua, porque seria o princípio predominante para o Simbólico existir. A língua, para Pêcheux, é a materialidade do discurso. Ela seria o princípio estruturante, como condição de possibilidade para que o sujeito fale, escorregue, repita, se revele. Não é o sujeito que domina a língua, mas é ela que constitui o sujeito, atravessando-o como ordem simbólica que o antecede. Esse “real” é uma instância que estrutura as possibilidades do dizer: é a partir da língua, como sistema simbólico, que algo pode ser dito, redito, desdito e que algo também escapa ao dizer e é por ela que podem ser explicitados esses modos de funcionar. Pêcheux esclarece no mesmo trecho o que significa esse tipo de descrição, produção e comunicação de análise, levando em conta o real da língua: “abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc... Esse jogo de diferenças, alterações, contradições”, ou ainda “abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 1990, p. 49,



destaque meu). É preciso levar em conta esses deslizes de sentido ao se descrever uma materialidade discursiva, não como um defeito, mas como o modo de funcionar da língua.

O que emerge do seu texto, então, é que a língua funciona como uma condição simbólica que estrutura todas as outras instâncias e manifestações linguageiras, de tal modo que o movimento, o trabalho e a organização significante linguística seria a base para desdobramentos em outras linguagens. Mas, se defendo que esse fato é linguageiro e não só linguístico, é porque retomo o que Lacan fala no Seminário 5, quando ele está avançando em sua compreensão da estrutura e do funcionamento do Simbólico, ao enfatizar duas funções essenciais do significante:

insisto em que todos vocês tomem conhecimento dos exemplos, que dei em "A instância da letra", daquilo a que chamo funções essenciais do significante, na medida em que é por elas que o arado do significante sulca no real o significado, literalmente o evoca, o faz surgir, maneja-o, engendra-o. Trata-se das funções da metáfora e da metonímia (LACAN, 1999, p.33).

Neste capítulo, Lacan está fundamentando outro princípio que vai nos guiar na metodologia desta abordagem de Análise de Discurso: o primado do significante. Entretanto, com esse recorte no texto de Lacan me interessa poder destacar que o real da língua tem a ver com o processo metafórico e metonímico. Se tomarmos as formações do inconsciente como circuitos significantes, sabemos que Lacan e Freud descrevem, cada um a seu modo, tais formações como se manifestando em sonhos, lapsos, atos falhos, sintomas, repetições, chistes. Em todas essas formações, ou, como estamos tomando aqui, em todos esses encadeamentos significantes, há equívoco, elipse, falta, jogo de diferenças, de alterações, de contradições. Produzem-se desvios, falhas, condensações, deslocamentos e repetições, que escapam ao controle da consciência, mas que dizem algo - ainda que de modo opaco - sobre o desejo do sujeito. Imagens, sintaxe, fonemas, gestos, movimentos e narrativas fazem parte da dinâmica desse Real. Nas palavras traduzidas de Lacan, a "metáfora está ali, precisamente, para mostrar o advento de um novo sentido" (LACAN, 1999, p. 35). Em seguida: "É na relação de substituição que reside o recurso criador, a força criadora, a força de engendramento, caberia dizer, da metáfora" (LACAN, 1999, p.35). E mais adiante:

é por intermédio da metáfora, pelo jogo da substituição de um significante por outro num lugar determinado, que se cria a possibilidade não apenas de desenvolvimentos do significante, mas também de surgimentos de sentido sempre novos, que vêm sempre contribuir para aprimorar, complicar, aprofundar, dar sentido de profundidade àquilo que, no real, não passa de pura opacidade (LACAN, 1999, p. 35).

Lacan nos descortina que a metáfora, ao operar a substituição de significantes, é o motor da produção de novos sentidos. É ela que transforma a opacidade do Real em algo que podemos nomear, interpretar, experienciar simbolicamente e apreender imaginariamente. Essa operação não subjuga o Real totalmente, mas produz o efeito de torná-lo mapeável, interpretável, ainda que por camadas provisórias e frágeis, ainda que sempre algo escape à significação, na incompletude que constitui o Simbólico. Podemos seguir, nessa obra, o modo pelo qual Lacan explicita os sentidos de metáfora e de metonímia. É importante ainda destacar que, ao adotarmos essa perspectiva, desfazemo-nos assim, da ênfase metodológica e procedural em análises do conteúdo ou na transparência e evidência dos sentidos.



A partir dessa obra de Lacan, Pêcheux delineia o fundamento da resistência simbólica, em suas reelaborações sobre os movimentos e transformações discursivas nas relações de produção. Lacan nos ilumina: “é pela via significante, a do equívoco e da homonímia, isto é, pelo caminho do que existe de mais *nonsense*, que a palavra vem gerar essa nuance de sentido” (LACAN, 1999, p. 35). E ele insiste: “é na relação de um significante com um significante que vem gerar-se uma certa relação significante sobre significado” (LACAN, 1999, p. 37). E parafraseia, exemplificando a relação entre “aterrado” e “terror”:

É a partir da relação de significante a significante, da ligação do significante daqui com o significante dali, da relação puramente significante, isto é, homonímica, entre *aterrado* e *terror*, que vai poder se exercer a ação que é engendramento de significação, isto é, a modulação, pelo terror, do que já existia como sentido numa base metafórica (LACAN, 1999, p. 37).

Metáfora e metonímia são os modos básicos de o real da língua funcionar. A partir dessa interpretação de Lacan, Pêcheux estabelece um modo de trabalhar em que as transformações de sentido escapam “a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações” (PÊCHEUX, 1990, p. 51). Noutro momento e em outras palavras, Pêcheux (2012, p. 17) reforça: “uma palavra por outra é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho”. Por isso ele defende que a interpelação ideológica, enquanto ritual, está sempre sujeita à falha. O erro, o ato falho, o equívoco, a fala em excesso ou em desacordo com o esperado são trabalhos de resistência simbólica (PÊCHEUX, 2012). São brechas que rompem a repetição ideológica e abrem caminho para o acontecimento: para a irrupção e a organização de novos sentidos. Esse modo de explicar o processo languageiro implica compreendermos o sujeito como constituído pela linguagem e pela ideologia: ele é efeito, e não origem do discurso.

Nesse horizonte, as formações discursivas são os conjuntos de saberes que autorizam o que pode ou não ser dito, determinando os sentidos possíveis em cada situação histórica, conforme as determinações advindas da luta de classes. Michel Pêcheux retomou as ideias de Michel Foucault (2008), para quem a formação discursiva é um sistema que rege as regularidades enunciativas dentro de um campo de saber. Nesse deslocamento conceitual feito por Pêcheux, uma formação discursiva é o conjunto de regras de possibilidade que se estruturam e determinam o que pode e deve ser dito por um determinado sujeito, em determinadas condições históricas, ideológicas e institucionais. Não se trata apenas do conteúdo do que é dito, mas das condições que autorizam certas formulações e interditam outras, ou seja, da articulação material da ideologia na linguagem e vice-versa.

Segundo Jean-Jacques Courtine (2016), as formações discursivas são historicamente constituídas, articuladas a posições ideológicas e atravessadas por relações de poder. Elas delimitam o campo do dizível, não apenas organizando o que pode ser afirmado, mas também o que deve ser silenciado, deslocado ou combatido.

Podemos dizer, portanto, que uma formação discursiva se configura tal qual um campo gravitacional de enunciados, fragmentos de textos, encadeamentos significantes e modos de significação que produzem e (se) reproduzem (em) processos metafóricos e metonímicos, de tal maneira que cada formação discursiva é determinada por e determina direções para a luta de classes e para a constituição e o agrupamento de sujeitos e de seus modos de significar. De tais



fundamentos e pressupostos teóricos de nossa abordagem materialista, manejaremos assim, mais adiante, os conceitos de formação discursiva e de efeito de sentido. Entretanto, preciso trazer outro aspecto para o dispositivo analítico: pôr em questão a alteridade.

Como sintetizei em outro estudo (MARTINS DE SOUZA, 2023), em um de seus últimos textos, escrito em 1983, Michel Pêcheux propõe um novo avanço metodológico no campo da Análise de Discurso, refletindo sobre as possibilidades de uso de softwares para produzir análises. Ele identifica (ou indica) a emergência de um procedimento que alternaria momentos de análise linguística com análise discursiva, permitindo a "incessante desestabilização discursiva do 'corpo' das regras sintáticas e das formas 'evidentes' de sequencialidade" (PÊCHEUX, 1997, p. 317). Essa alternância, ao reinscrever e comunicar, numa análise, as leituras parciais no campo discursivo investigado, desenha um percurso analítico espiralado, de fases sucessivas e aprofundadas.

Segundo Pêcheux, analisar materialidades verbais requer examinar a heterogeneidade enunciativa, o que leva à escuta do discurso-outro — entendido como:

- (a) aquele que o sujeito faz comparecer em seu texto de modo intencional, seja direta ou indiretamente;
- (b) um Outro Interdiscursivo, que atravessa o dizer e o estrutura à revelia das intenções do enunciador, desestabilizando o sujeito em sua posição estratégica e argumentativa.

Esse discurso-outro revelaria "pontos de deriva em que o sujeito passa no outro", marcando os limites do autocontrole da enunciação e a irredutibilidade das determinações ideológicas. De acordo com o que destaquei acima, ao tratar de metáfora, metonímia e resistência simbólica, em seu trabalho "Discurso: Estrutura ou Acontecimento?" (PÊCHEUX, 1990), esse autor aprofunda a ideia, destacando que o discurso-outro se presentifica virtualmente nos enunciados por meio de lacunas, elipses, negações e outras formas de incompletude, ou seja, pelo real da língua.

Nessa perspectiva, a materialidade discursiva aparece como efeito do real sócio-histórico, que se manifesta apesar da tentativa de controle da consciência do sujeito. A identificação, a categorização e os apagamentos se inscrevem a partir do interdiscurso, resultado da intersecção entre inconsciente e ideologia — estruturas heterogêneas e indissociáveis que escapam à dominação subjetiva (PÊCHEUX, 2009; MARTINS DE SOUZA, 2019b).

Essas estruturas se materializam em filiações históricas contraditórias que sustentam sentidos naturalizados: silenciamentos, obviedades. Assim, coexistem no discurso:

- (i) os objetos ditos "aprendidos" e controlados, ou seja, aqueles sobre os quais mantemos pela linguagem, modos de (aparente) apreensão lógica, coesa, coerente, estabilizada;
- (ii) os objetos discursivos deriváveis, equívocos e instáveis — não produtos de uma vontade, mas de uma filiação inconsciente e histórica, que vai se manifestar, querendo o sujeito estratégista e argumentador, ou não.

A AD, portanto, exige do analista o exercício constante de leitura das falhas das naturalizações, dos ritos, das repetições, da identificação dos sentidos dominantes e de suas rachaduras. Aqui, recorremos a Lacan, pois ele nos oferece um diálogo produtivo e pressupostos importantes: em sua obra, Lacan faz a distinção entre o (Grande) Outro (*Autre*) e o outro imaginário (*autre*), conceitos fundamentais para compreendermos a constituição do sujeito. O outro, grafado com letra minúscula, pertence ao registro do Imaginário — domínio das imagens especulares, das identificações e das rivalidades narcísicas. Trata-se do semelhante, aquele com quem o sujeito se confronta, de quem busca reconhecimento e, ao mesmo tempo, diante de quem experimenta ameaça. É a partir dessa imagem que o sujeito se espelha, projeta-se, identifica-se ou, em certos casos, busca diferenciar-se, repelindo-a. Já o Outro, com inicial maiúscula, pertence ao registro do



Simbólico e representa o lugar da linguagem, da Lei e da estrutura — é o campo onde o sujeito surge e se inscreve como falante e, também, onde o desejo se constitui. O Outro é uma função: é o lugar do significante, do inconsciente, da alteridade radical que funda o sujeito. Assim, enquanto o outro imaginário é captado no espelho como imagem, o “Grande Outro” é aquele a quem o sujeito endereça sua fala, sede dela, mesmo sem saber exatamente quem ou o que ele é. Assim, o pequeno “outro” do Imaginário e o grande “Outro” do Simbólico moldam os processos de identificação e desejo.

Em certo sentido, essa alteridade na instância do Imaginário, em Lacan, é espelho e abismo, produzindo fascínio ou repulsa, rivalidade ou sedução. Pêcheux retoma essas concepções ao relacioná-las com suas próprias formulações sobre o sujeito, o interdiscurso e o funcionamento da ideologia. O outro empírico é atravessado por um terceiro, fantasmático e simbólico, por assim dizer, que torna a linguagem possível e faz surgir os sujeitos.

O desejo é o desejo do Outro, diz Lacan (1998), apreendendo o trabalho do inconsciente - e, na AD, em uma relação atávica com esse trabalho e recalcamento³, se constitui o real da história, ou melhor, a luta de classes. De modo que, com as contribuições de Freud, Lacan, Marx e Althusser, Pêcheux organiza uma concepção de sujeito não unificado, submetido ao trabalho contraditório das ideologias e do inconsciente, o que desloca a análise do plano da intenção para o da inscrição histórica e simbólica.

Enfim, tendo em vista tais pressupostos, o discurso funciona como um vórtice em que essa contradição social se relaciona e se desdobra com modos de significar e de se subjetivar, de tal maneira que os sujeitos emergem e se constituem em posições contraditórias e atravessadas pela ideologia e pelo inconsciente. Nesse processo, o social, o Imaginário e o Simbólico se entrelaçam: a ordem econômica e a ordem simbólica estruturam, tensionam e reinscrevem o que pode ser significado, sempre sob o efeito da incompletude e do não-dito. Por isso, dialeticamente, a contradição, nesse quadro, não é superada - ela é constitutiva da dinâmica do discurso e do sujeito que dele emerge.

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

2.1 A AMAZÔNIA E SUAS DISCURSIVIZAÇÕES

Já explorei no começo deste texto a contradição central e exemplar que marca a Amazônia: ao mesmo tempo em que é conhecida e representada como uma das últimas grandes florestas do planeta, um lugar misterioso, místico e mítico, patrimônio da humanidade, berço de biodiversidade e de diversidade étnica, linguística e cultural milenar, também é submetida a práticas de exploração econômica predatória, desmatamento, garimpagem ilegal, apagamento simbólico, violência e genocídio contra seus povos.

A partir dessas condições de produção e embasado na análise de diversas materialidades em dois trabalhos anteriores, algumas características e efeitos de sentido sobressaem, que quero aqui

³ O recalcamento, conceito da psicanálise freudiana, diz respeito sobre como representações ligadas a desejos inconciliáveis com as exigências do eu ou da moral social são excluídas da consciência e mantidas no inconsciente. Por não serem eliminadas, essas representações recaladas retornam de forma disfarçada, principalmente por meio dos sonhos, sintomas, atos falhos e outras formações do inconsciente. Posteriormente, Jacques Lacan vincula o recalcamento à entrada do sujeito na linguagem e à constituição do simbólico, onde o desejo é estruturado como falta e o sujeito aparece dividido.



retomar, descrever e interpretar, para sintetizar essas tensões e embates discursivos que atravessam a constituição dos sentidos sobre a Amazônia e seus sujeitos e expor uma análise de sentidos que rompem com essa reprodução opressora.

Interessa-me, nesse recorte, evidenciar os sentidos reproduzidos, autorizados, interditados ou deslocados quando o sujeito amazônida é convocado à fala, ou excluído dela. Como nos significamos e como somos significados? Quais são os sentidos que nos constituem e que embates, resistências e deslocamentos se manifestam como possíveis nesses processos discursivos?

O primeiro trabalho é baseado em minha dissertação de mestrado no início do séc. XXI, intitulado “O Norte Apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia Brasileira” (MARTINS DE SOUZA, 2008). Registro nele a investigação das discursividades que constituem as identidades amazônidas e os apagamentos simbólicos a elas associados, a partir do objeto ideológico “identidade nacional”, destacando o silenciamento do indígena e do caboclo. Analisando documentos históricos, campanhas governamentais, livros didáticos e outras materialidades discursivas, demonstro que em diversas materialidades se manifesta uma discursividade sobre a identidade nacional brasileira que exclui esses sujeitos.

Mostro recortes do século XVII ao século XXI, ilustrando o processo discursivo da produção desse silenciamento, apagamento e subalternização da Amazônia, dos amazônidas e, por um efeito metonímico, dos indígenas, constantemente ausentes da representação da diversidade étnica brasileira. A ausência nunca foi e nunca é neutra: ela constrói o sujeito amazônida e suas produções simbólicas como aquele que não pertence ao “centro” da nação, sendo desprovido de visibilidade e de reconhecimento político, cultural e intelectual. Há uma separação entre o Brasil que se torna visível, representado nas mídias, produtos culturais e políticas, e o Brasil silenciado, invisibilizado, que inclui povos indígenas, ribeirinhos e caboclos: desdobramentos ideológicos da colonização que produzem hiato e exclusão das identidades amazônidas no caleidoscópio identitário nacional.

Essa construção do caboclo, do indígena e, de forma geral, dos amazônidas como subalternos aparece em torno de encadeamentos significantes que nos referenciam e nos fazem nos referenciarmos em efeitos de sentido como ignorantes, passivos, selvagens, preguiçosos, acomodados, primitivos, rústicos, bárbaros e alienados. Sintetizo os objetos discursivos e os efeitos de sentido que orbitam em torno deles:

Amazônia:

- outra colônia de Portugal no continente, separada do Brasil;
- torna-se espaço apagado da identidade nacional; local de rusticidade, de barbárie;
- território simbólico ambivalente: inferno e paraíso, mistério e lugar a ser civilizado, urbanizado e industrializado;
- espaço de repetição histórica dos discursos colonialistas (exotismo, subordinação aos parâmetros ocidentais considerados civilizatórios, industrializados e urbanizados, paternalismo).

Amazônidas:

- sujeitos apagados ou invisibilizados nos discursos midiáticos, políticos e pedagógicos, dentre outros;
- identidades construídas por apagamentos e exclusões históricas;



- representados por estereótipos (ignorantes, subalternos, exóticos, selvagens, primitivos, bárbaros, rústicos);
- resistentes em práticas simbólicas, como nas linguagens e cultura indígena e ribeirinha;
- indígenas:
 - pagões escravizados e destribalizados, transformados em caboclos ou assimilados à força ao modo de viver europeu; passam fome;
 - vistos como obstáculos à civilização, apagados da identidade nacional; desgovernados;
 - reduzidos a imagens de arquivo, ao folclore ou ao artesanato e à culinária como elementos turísticos;
 - reivindicam, no entanto, reconhecimento de sua língua, cultura e papel sociopolítico;
 - se ressentem dos termos e alcunhas pelos quais são degradados: negros, pretos, bárbaros;
 - 2 milhões, aproximadamente, foram dizimados em 32 anos de colonização, no começo do século XVII.

No segundo trabalho, “Memes e identidades amazônicas: Narciso acha feio o que é espelho” (MARTINS DE SOUZA, 2019a), examino práticas de reprodução de discursos opressores e evidencio movimentos de resistência identitária, especialmente pela via de textos de circulação cotidiana nas redes sociais, sobre humor e reapropriação de estereótipos. Investigo, em memes de redes sociais, discursos que (re)produzem a opressão, contrastam ou buscam resistir a ela, reivindicando um espaço de resistência simbólica para as identidades amazônidas. Essas imagens e textos verbais se relacionam com estereótipos, silenciamentos e padrões culturais do Sudeste e do exterior. Os memes, ao tentarem operar a resistência simbólica, reforçam ideologias dominantes nessa relação com a alteridade que sobressai no jogo de imagens (PÊCHEUX; FUCHS, 1997), nas condições de produção desses textos. Destaco ainda a operação da mídia como articulador simbólico que substitui o Estado na produção de subjetividades.

Os memes materializam disputas simbólicas em que o sujeito amazônida reinscreve-se a partir do deboche, da crítica e da reapropriação dos estereótipos. Imagens urbanas desafiam a visão perpetrada por aparelhos ideológicos editoriais, educacionais, midiáticos e políticos, que reduziriam a Amazônia à floresta e à selva, e seus habitantes a indígenas e a caboclos ribeirinhos, primitivos, atrasados no tempo em relação à mundialização e à sociedade urbana e industrial ocidental.

Amazônia:

- lugar simbólico disputado entre tradição e modernidade, entre exotismo e invisibilidade;
- é marcada por imagens contraditórias:
- paraíso ecológico, lugar de alta produção tecnológica e avançado desenvolvimento urbano;
- atraso primitivo e selvagem; mato, rios, indígenas e ribeirinhos; sem vida urbana, se contrapõem a uma sociedade com parque industrial avançado, e cidades densamente povoadas e urbanizadas.

Amazônidas:



- sujeitos constituídos por narrativas externas (Sudeste do Brasil/estrangeiro) que os exotizam, infantilizam, esteriotipizam ou invisibilizam. Vivem tensão entre orgulho e rejeição de si;
- indígenas:
 - representados como atrasados, selvagens e impedidores do progresso e da urbanização;
 - sofrem genocídio, dizimados simbólica e fisicamente;
 - devem imitar padrões ditos “civilizatórios” e “urbanos” para existirem;
- manauaras:
 - alvo de estereótipos que os colocam como habitantes da selva e que precisam sobreviver aos perigos dos animais e da floresta;
 - através do parque industrial da Zona Franca de Manaus, reafirmam sua urbanidade, seu progresso tecnológico e modernidade diante de uma imagem imposta de atraso, primitivismo ou barbárie;
 - negam a cultura e o modo de viver dos indígenas;
 - reafirmam sua identidade pelo indígena folclorizado nos festivais de Parintins e na cultura do Boi Bumbá, e por elementos da culinária.

Resumidamente, os textos analisados expõem a Amazônia entrelaçada em disputas simbólicas, estéticas e políticas, por encadeamentos significantes que produzem efeitos de sentido organizáveis em tradição e modernidade, natureza e cidade, invisibilidade e reconhecimento, primitivismo e avanço tecnológico, entre rusticidade e urbanização. Nos corpora dessas análises, aparece nos discursos também um mesmo modo de lidar com os amazônidas e os povos ameríndios: o silenciamento, a exotização e a instrumentalização simbólica dos sujeitos que nela vivem.

Retomando o que foi apresentado anteriormente, nos aparelhos ideológicos globalizados, fala-se sobre a Amazônia, mas raramente se permite que os sujeitos amazônidas falem de si, de sua história e de seus modos de existir. Entretanto, quando os sujeitos falam de si, a resistência identitária se manifesta pelo humor, pela negação e pela denegação⁴. Explico-me: a resistência imaginária, em relação ao discurso do outro, se dá pela submissão ao campo de significação que esse Outro Interdiscursivo produz. A alteridade com quem interagimos, contra-atacando ou nos defendendo (imaginária ou simbolicamente), aparece, em contraste e oposição, com as imagens referidas e criadas em outros textos, em outros discursos por, supostamente ou não, sujeitos do Sudeste e do exterior.

O Outro diz que somos inferiores, atrasados, primitivos. A posição de sujeito desse “nós” se submete a esse campo de significação para contradizê-lo, se opor a ele, contra-argumentar: o “nós” que articula os textos não quer ser atrasado, primitivo, selvagem e aí cai nessa captura de uma memória, de um já-lá e se submete ou reproduz o discurso colonizador que vem desse Outro e domina nossos modos de significar.

⁴ Segundo Freud, a denegação é um mecanismo psíquico que revela, paradoxal e concomitantemente, a presença de conteúdo inconsciente que o sujeito se recusa a assumir como seu, atribuindo-o a outros. Isso permite que certos pensamentos reprimidos se tornem conscientes, produzindo um vínculo entre o recalque e o seu reconhecimento. Assim, expressa uma resistência à aceitação de um desejo ou representação recalcada, permitindo seu enunciado sob a forma da negação.



Essa oposição reforça o lugar de significação proposto e imposto, ao imaginariamente parecer se opor a ele. Nessa alteridade, a constituição de uma identidade é marcada pela fronteira entre o dito e o interdito, o visível e o ocultado. Muitas práticas sociais e produções simbólicas se submetem a esse campo de significação seja afirmando-o ou, numa tentativa de negar e revidar o que o outro diz de nós, denegando-o. O discurso, nessas materialidades, opera por exclusão, apagamento, recobrimento, alianças: há sempre um dizer que é silenciado para que outro se estabilize e domine, mas sempre no que esse Outro estabelece como parâmetro.

Tendo em vista esse panorama, a partir desses textos e de novas materialidades, podemos aqui mapear as formações discursivas predominantes, seus efeitos de sentido e seus modos de constituição das identidades amazônicas em torno de dois grandes eixos: um de caráter preservacionista e outro de caráter predatório e colonizador.

A formação discursiva preservacionista articula a Amazônia como “patrimônio da humanidade”, território a ser protegido pela ciência e pelo Estado, associando-a a imagens de floresta intocada, biodiversidade e idílica pureza natural, produzindo efeitos de sentido sobre a Amazônia como paraíso ecológico a ser protegido. Essa FD tende a apagar os sujeitos amazônicos enquanto agentes históricos, reforçando uma imagem exotizante e idealizada do território.

O outro lugar de significação, a formação discursiva predatória, representa a Amazônia como espaço de recursos a serem explorados economicamente, legitimando práticas de devastação em nome do “progresso”, do “desenvolvimento”, da “soberania nacional”, da integração econômica e geográfica nacional⁵, significando, dessa forma, a Amazônia como reserva extrativista inesgotável a ser explorada, uma imensa jazida de recursos minerais, florestais, farmacêuticos e aquáticos. Ela também é significada como sendo habitada por gente inferior, não-civilizada, ou menos civilizada, e que, consequentemente, merece ser dizimada, ou morrer à míngua; suas catástrofes e seus problemas ecológicos são menos visibilizados que os de outra região do país. Essa formação está ancorada nos interesses do agronegócio, da mineração, da garimpagem destruidora, da grilagem de terra, e de políticas desenvolvimentistas e nazifascistas, que silenciam saberes tradicionais e desconsideram a multiplicidade de povos, culturas e línguas que habitam e constituem a região. Não à-toa, durante a COVID-19, Manaus ocupou as manchetes nacionais e internacionais, pelo descuido genocida estarrecedor e monstruoso, praticado por governantes e empresários, e replicados por parte da população local.

A contradição entre o discurso e a prática da preservação e o discurso e a prática da destruição, é a expressão concreta de interesses geopolíticos e econômicos em disputa com os modos de vida locais, articulando sentidos sob condições históricas que remontam à colonização da América e são atualizados em tantas outras práticas sociais e em discursos políticos, midiáticos, pedagógicos, estéticos, acadêmicos e culturais, que nos atravessam. Compreender as discursividades da colonização exige examinar os sentidos que operam nesses campos, em seus aparelhos ideológicos e em outras práticas culturais.

Mas ainda há um outro aspecto a ser melhor considerado: pensar a transformação do sentido como deslocamento, contradição e resistência. O discurso não é mero reflexo de questões sociais e ideológicas, mas campo de luta e de inscrição de rupturas. Há uma rede de memórias e de silenciamentos que tornam possível a existência de um discurso. Ele se articula em e é determinado

⁵ O recente embate entre senadores e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em torno do asfaltamento da BR-319, estrada que liga Manaus a Porto Velho, foi mais uma materialização dessa disputa discursiva com implicações sociais, econômicas e ecológicas, por modelos de intervenção na Amazônia.



por condições históricas e pela memória discursiva: os dizeres estão atravessados por aquilo que já foi dito, pelo que é possível dizer e pelo que é silenciado.

Com os corpora cujas análises publiquei nos dois textos referidos, detectei, sobretudo, as reproduções de sentido. Proponho-me agora também a detectar os deslocamentos de sentido que rompem com o assujeitamento ideológico e permitem a constituição de sujeitos em resistência.

É o que estou desenvolvendo num novo projeto de pesquisa, “Amazônia: outros sentidos”. Nele, reúno um amplo arquivo que nos ajuda a explorar as relações significantes da culinária, das questões ambientais, de sambas-enredo, de filmes, canções e de obras literárias, materialidades simbólicas em que se travam disputas de sentido sobre o que é a Amazônia, sobre os sujeitos amazônicas e sobre quem são os outros com os quais nos relacionamos. Sustentar sentidos é também disputar sua permanência. E é nessa disputa que reside a potência de uma existência amazônica que se recusa a ser apenas objeto do discurso alheio.

2.2 A RESISTÊNCIA SIMBÓLICA

Para exemplificar, apresento aqui alguns elementos de análise do texto “A Amazônia é o centro do mundo”, da jornalista gaúcha Eliane Brum, publicado em 9 de agosto de 2019. Já pelo título, a autora desloca o discurso dominante, que emoldura a Amazônia em periferia: ela é centro não só por simbólica e imaginariamente ser a única região do país cortada pela linha do equador, que divide o planeta Terra em duas partes iguais, o Hemisfério Norte (setentrional) e o Hemisfério Sul (meridional), mas por sua importância ecológica, política e simbólica frente ao colapso climático. Um já-dito se faz escrutinado: essa centralidade é sistematicamente negada pelos discursos e práticas das elites políticas, econômicas e intelectuais, inclusive progressistas, que insistem em tratar a região como marginal e periférica.

SD1:

“nós estamos no centro do mundo. Essa não é uma frase retórica. Também não é uma tentativa de construir uma frase de efeito. No momento em que o planeta vive o colapso climático, a floresta amazônica é efetivamente o centro do mundo” (BRUM, 2019).

Vemos aqui emergir uma posição de sujeito eminentemente amazônica, dentro da formação discursiva preservacionista, em um texto de quem empiricamente não é da Amazônia. São produzidos, nesse texto, uma inversão e um deslocamento primorosos no modo de nos significar.

A autora aprofunda essa região de sentido, ao denunciar o bolsonarismo como uma forma de poder cujo projeto é a destruição metódica da floresta, a conversão de terras públicas em propriedades privadas e a eliminação dos povos da floresta. Para Brum, resistir a essa força de destruição exige uma reconfiguração de pensamento: não se trata de ajudar os povos da floresta, mas de reconhecer que somos “nós”, que precisamos deles. Esse é outro deslocamento importante em direção à proposição de uma posição de alteridade ao lidar com os sujeitos amazônicas. Em vez de uma posição paternalista e subalternizada, sustentada pelo colonialismo, promove a inversão hierárquica nas posições de sujeito em relações de alteridade. Esse Outro Interdiscursivo se funda no Real da Floresta e dos povos que a habitam, se alimentam dela e a protegem milenarmente.

A autora propõe uma ética da coautoria entre jornalistas, cientistas e os povos da floresta (indígenas, ribeirinhos, quilombolas). Denuncia práticas coloniais na produção científica e midiática, que ainda utilizam os saberes indígenas limitando-os a fontes sem reconhecimento. Finaliza com o



apelo à humildade: ser aceito pelos povos da floresta na luta é condição para resistir à catástrofe em curso. A partir desses elementos, podemos organizar os encadeamentos significantes e seus efeitos de sentido:

Amazônia:

- centro do mundo para enfrentar o colapso climático do planeta;
- floresta viva; território de disputa entre destruição e resistência;
- invisibilizada como periferia por elites colonizadoras e colonizadas (políticos, intelectuais, artistas);

Manaus (entre outras cidades da Amazônia):

- ruína civilizatória: símbolo da destruição ambiental, política e epistemológica;
- uma floresta em ruínas;
- ruínas de uma ideia de país;
- a escultura viva de um conflito iniciado em 1500, com a invasão, o genocídio e a destruição promovidos pela colonização europeia;
- cidades tratadas como castigo institucional para onde são enviados alguns novos ocupantes de cargos públicos, como juízes e promotores de justiça;

Floresta Amazônica:

- vista como distante, secundária;
- espaço onde se encontra a verdade;

Povos da floresta:

- detentores de saberes de resistência;
- devem ser coautores, não apenas fontes de extração de informação para elite intelectual;
- há, na floresta, intelectuais e cientistas que também a vivem e a pensam;

Bolsonarismo:

- forma de vida e poder destrutivo e predatório;
- projeto político de construção de ruínas;
- símbolo da crise global das democracias;
- transforma terras públicas em lucro privado;

Brasil:

- grande construtor de ruínas em dimensões continentais;

Soluções para resistir:

- nos tornarmos floresta;
- descolonizar a nós mesmos;
- coautoria jornalística e científica;
- ética da escuta e da humildade;
- aquilombamento simbólico;
- descolonização do pensamento;
- participação dos povos da floresta como protagonistas.



A posição de sujeito aqui desloca sentidos a partir do Real sócio-histórico e geográfico, e os torna significantes de subjetivação: tornar-se floresta, aquilombolar-se. Contrapõe o espaço entre os significantes “ruína” e “floresta”, deslocando também os ideais civilizatórios e suas propostas urbanizadoras, industrializadoras e devastadoras.

Conforme já mencionado, a resistência simbólica acontece quando se foge das normas estabelecidas na interpretação do sentido, ao se explorar o relançamento indefinido de interpretações, ao se produzir inversões e deslocamentos, desafiando estruturas e hierarquias estabelecidas, fomentando perspectivas e interpretações alternativas, absurdas. Se a interpelação ideológica, como ritual, se reproduz, se estrutura, se repete, é impossível, portanto, que esse ritual não falhe, não produza desmaio, rachaduras, lapsos, atos falhos, e assim, calque e decalque pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica, erosionando-a. O irrealizado há de vir, formando sentido a partir do movimento da metáfora e da metonímia, no real da história, no real do inconsciente, e no real da língua, no interior do sem-sentido (PÊCHEUX, 2012, 2014).

Na luta ideológica, a resistência simbólica trabalha para produzir uma transformação das relações de produção, impondo, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos, novas relações de contradição-desigualdade-subordinação (idem). Se há um movimento dos sujeitos em assumir o campo de significação que o Outro estabelece ou em deslocar-se nesse mesmo campo, há a possibilidade de recusar o modo como são circunscritas as regras de significação, fundando outro modo inesperado de resistir a esse acachapante campo.

A Amazônia e os amazônidas estamos sendo interpelados a interrompermos as sintaxes repetitivas, alterar o léxico e nos restituirmos a partir de um Outro Interdiscursivo. O Real da sobrevivência no planeta, as chuvas, as enchentes, as secas, as alterações climáticas e geográficas; o desmatamento, as queimadas; a fumaça aspirada durante nosso verão⁶, nos obrigam a (nos) ressignificarmos o Simbólico e o Imaginário, atingindo tais objetos discursivos e ideológicos. Talvez seja uma condição para que uma interpretação se faça intervenção (PÊCHEUX, 1997, p. 318).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se compreender como se constituem os sentidos sobre a Amazônia, seus sujeitos e suas formas de existência a partir de formações discursivas, tensionadas entre apagamentos simbólicos e resistências identitárias. Baseando-me em dois estudos anteriores e na análise do texto de Eliane Brum, foi possível observar que os discursos sobre ser amazônida se organizam por meio de encadeamentos significantes que operam tanto pela exclusão e pela inferiorização, quanto pela subversão e deslocamento desses sentidos. A Análise de Discurso permite compreender que tais sentidos não são aleatórios ou apenas comunicativos, mas estruturados por formações ideológicas que estipulam o dizer sobre a região e seus sujeitos.

As análises revelaram a presença de duas grandes formações discursivas em disputa: uma de caráter preservacionista, que enaltece a Amazônia como patrimônio ecológico mundial, mas com uma posição de sujeito predominante que a reduz a um território cujos sujeitos só aparecem como objetos exóticos de disputas de interpretação; e outra de caráter predatório, que legitima a exploração econômica e a subalternização, colonização e extinção dos povos da floresta. Ambas,

⁶ Diferente do resto do hemisfério sul, na Amazônia o verão ocorre nos meses de agosto, setembro e outubro, caracterizado pelo aumento das temperaturas e pela escassez de chuvas.



ainda que em sentidos opostos, colaboram para a desumanização simbólica da região e de seus habitantes, ao silenciá-los ou instrumentalizá-los em narrativas externas e dominantes. A representação da Amazônia e dos amazônidas como exóticos constitui uma das principais estratégias simbólicas que reduzem a complexidade sociocultural da região a imagens folclorizadas e estereotipadas. Ao serem vistos como “outros” distantes, místicos ou primitivos, os sujeitos amazônidas são frequentemente excluídos das esferas legítimas de formulação e de decisão política, de produção de saber, de produção cultural e de elaborações estéticas, relegados, por fim, ao papel de objetos de contemplação, de conservação ou de genocídio e extinção.

Essa exotização, longe de ser inofensiva, atua como dispositivo ideológico que justifica práticas de exploração, dominação, apagamento e silenciamento — desde o extrativismo predatório até intervenções desenvolvimentistas ou preservacionistas externas, com suas ditas ações e ativismos em defesa da Amazônia. Além disso, ela reforça o colonialismo epistêmico ao subordinar os saberes e as formas de vida da nossa região aos critérios valorativos de centros de poder político, econômico e acadêmico, majoritariamente localizados fora da Amazônia. Assim, a insistência em retratar a Amazônia como espaço exótico, distante, isolado, periférico, contribui para o apagamento de suas dinâmicas históricas, de suas resistências e da pluralidade de seus modos de existência.

Contudo, este trabalho também evidenciou que surge, dentro da formação discursiva preservacionista, práticas discursivas que resistem e deslocam a posição de sujeito hegemônica nessa FD. Nos memes, nos textos jornalísticos como o de Brum, e em outras materialidades, emergem posições de sujeito que desafiam o campo de significação imposto e reinscrevem o sujeito amazônida em novas redes de sentido — redes que apostam na coautoria simbólica, na escuta ativa dos povos da floresta e na reinvenção dos modos de significar e existir, ou no resgate de suas formas ancestrais, milenarmente presentes na região e que a deixaram florescer por séculos.

A Análise de Discurso materialista, ao articular ideologia, inconsciente e linguagem como instâncias imbricadas, mostrou-se um instrumental potente para evidenciar as contradições, os deslocamentos e as brechas que permitem o surgimento de novos sentidos. Ao operar pela via do equívoco, da metáfora e da metonímia, a linguagem se evidencia como lugar de luta e de possibilidade: nela, mesmo sob o peso das formações discursivas dominantes, resistir é possível — simbólica e discursivamente.

Por fim, considera-se que a Amazônia, mais do que um objeto de discurso, é sobretudo constituída por vários sujeitos e coletividades em processo de (re)significação.

Se por um lado, os discursos oficiais e hegemônicos tendem a silenciar, inferiorizar ou caricaturar a Amazônia; por outro, há discursos que de fato emergem como práticas de resistência e reinscrição dos sujeitos em novas posições de enunciação, para além de uma resistência imaginária, atingindo o Outro Interdiscursivo e produzindo uma nova relação de constituição com Outra alteridade. Compreender e ampliar esses deslocamentos discursivos é uma tarefa não apenas analítica, mas ética e política. Há urgência em fazer da escuta e da fala dos povos amazônidas um norte epistemológico e civilizatório, capaz de refundar e resgatar os modos de ver, dizer e existir num planeta em colapso.

REFERÊNCIAS

- BRUM, Eliane. **Amazônia Centro do Mundo**. El País, [s. l.], 15 nov. 2019a. *Online*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/opinion/1573820553_621324.html Acesso em: 12 abr. 2025.



BRUM, Eliane. **Why the Amazon Is the Center of the World.** Rainforest Journalism Fund, [s. l.], 26 jul. 2019b. *Online*. Disponível em: <https://rainforestjournalismfund.org/blog/eliane-brum-why-amazon-center-world> Acesso em 28 abr. 2025.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina Birck *et al.* São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LACAN, Jacques. **Escritos I.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 5: as Formações do Inconsciente (1957-1958).** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significante na memória. *In:* INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (org.). **O Discurso na Contemporaneidade:** materialidades e fronteiras. São Carlos, SP: Claraluz, 2009. p. 67-78.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. **Cartas para quem?:** o funcionamento discursivo da "falta" no filme Central do Brasil. 2012. 231 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1617667> Acesso em: 20 abr. 2025.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. Cinema, Ideologia e Inconsciente: Colin MacCabe, Stephen Heath e a Screen Theory. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 21, n. 2, p. 283-300, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-210208-3920> Acesso em: 15 abr. 2025.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. Eu, o outro e os sentidos de travesti no filme Bixa Travesty. *In:* MITTMANN, Solange; JUNG DE CAMPOS, Luciene. **Gêneros e corpos em debate nas artes:** estudos discursivos. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2023. p. 165-195, e-book. Disponível em: <https://l1nq.com/jvVup> Acesso em: 15 abr. 2025.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. Memes e identidades amazônicas: Narciso acha feio o que é espelho. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 4, 2019a. p.189-212. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/29437> Acesso em: 15 abr. 2025.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. O Norte Apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia Brasileira. *In:* MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). **Práticas Discursivas e Identitárias:** Sujeito e Língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 218-236.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. Por um método de análise de obras artísticas: uma proposta na perspectiva discursiva a partir do RSI. *In:* ADORNO, Guilherme; MODESTO, Rogério; FERRAÇA, Mirielly; BENAYON, Flávio; ANJOS, Liliane; OSTHUES, Rômulo (org.). **O discurso nas fronteiras do social:** uma homenagem à Suzy Lagazzi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019b. v. 1, p. 253-291.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



PÊCHEUX, Michel. Análise do discurso: três épocas (1983) In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 311-319.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos.** Tradução José Horta Nunes. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v19i0.8636823>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823> Acesso em: 3 abr. 2025.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Ousar pensar e ousar se revoltar:** Ideologia, marxismo, luta de classes. Tradução Guilherme Adorno, Gracinda Ferreira. Décalages, [s. l.], v. 1, n. 4, 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/pecheux/ano/mes/40.pdf> Acesso em: 23 abr. 2025.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 163-252.